

A FORMAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE QUE ATUAM NO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA EM FEIRA DE SANTANA-BA

Sayonara Ribeiro dos Santos Aguiar Silva¹; Nídia Oliveira Bezerra²

1. Bolsista PIBIC/FAPESB, Graduanda do Curso de Odontologia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: sassaribas@hotmail.com

2. Orientadora, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: nidia_bezerra@ig.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Programa Saúde da Família, Agente Comunitário de Saúde, Formação Técnica.

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) constitui hoje, em que pese todas as dificuldades, a mais importante e avançada política social em curso no país. Seu caráter público, universal, igualitário e participativo é um interessante exemplo, em tempos de desmonte do setor público, de uma proposta democrática e popular de reforma do Estado. O SUS avançou muito, entretanto, alguns desafios ainda necessitam ser superados. Dentre eles, sobressai a qualificação e formação dos profissionais de saúde (WATANABE, 2007).

Assim, esse estudo teve por objetivo discutir a formação técnico-pedagógica dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) que atuam no Programa Saúde da Família (PSF) em Feira de Santana-BA, descrevendo-a e apontando as possíveis dificuldades e facilidades encontradas durante a formação técnico-pedagógica.

Para tanto, abordamos no referencial teórico o Histórico do Surgimento do ACS, a Política de Educação Permanente do SUS e a Formação Técnico-Pedagógica do ACS.

O Ministério da Saúde em 1991 criou o Programa Nacional de Agentes Comunitários de Saúde (PNACS), com o objetivo de unir as várias ações que existiam espalhadas pelo país sob uma única orientação. Um ano depois, o PNACS se transformou no PACS.

A melhora dos indicadores de saúde apresentados pelos municípios que adotaram o PACS favoreceu a criação do PSF, em 1994, cujo foco principal está direcionado à família, à adscrição da clientela, à prática clínica segundo a lógica da epidemiologia social e como ponto forte o estabelecimento de vínculo, laços de compromisso e a responsabilidade entre os profissionais e a população.

Com a implantação do PSF a função do ACS foi ampliada, exigindo novas competências nos campos político e social, principalmente ligadas à promoção da saúde. Entretanto, o processo de qualificação desse profissional ainda é desestruturado e, na maioria das vezes, insuficiente para desenvolver as competências necessárias para o adequado desempenho de seu papel (GOMES et al., 2009).

Nesse sentido, a capacitação e a educação permanente da equipe multiprofissional, em especial do ACS, são fundamentais para que os profissionais procurem atender às necessidades das famílias, direcionando o olhar e as ações de saúde para além das práticas curativas (GOMES et al., 2009).

Sendo assim, diante da necessidade de profissionais de saúde qualificados para atuar em um sistema de saúde universal, igualitário e participativo, o presente estudo destacou-se por ser um tema de execução viável, com relevância acadêmica e social à medida que proporcionou o conhecimento da formação técnico-pedagógica dos ACS que atuam no PSF em Feira de Santana-BA, na perspectiva de um novo profissional de saúde, observando ainda as propostas político-pedagógicas de ensino-aprendizagem, de acordo com os preceitos do SUS, além de contribuir para a produção do conhecimento científico no âmbito da saúde coletiva.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, sendo este, realizado no município de Feira de Santana-BA, tomando como recorte as Unidades de Saúde da Família (USF) e a coordenação municipal responsável pelo Curso de Formação Técnico-Pedagógica do ACS em Feira de Santana-BA; o estudo teve como técnica de coleta dos dados a entrevista semi-estruturada, que foi realizada com 08 ACS de ambos os sexos, que atuam há mais de dois anos na função, e que fizeram a Etapa I do Curso de

Formação Técnico-Pedagógica dos ACS (Grupo 1); 03 enfermeiras instrutoras/supervisoras do Curso de Formação Técnico-Pedagógica dos ACS (Grupo 2); e com a coordenadora responsável pelo Curso de Formação Técnico-Pedagógica dos ACS, no município de Feira de Santana-BA (Grupo 3). A análise do material empírico extraído das entrevistas foi realizada através da análise de conteúdo. Na realização do estudo observou-se o recomendado na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, sendo a proposta submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), protocolo 43/2012, que autorizou o estudo através do parecer 119/2012.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

DESENVOLVIMENTO DO CURSO DE FORMAÇÃO DO ACS:

As atividades do ACS transcendem o campo da saúde na medida em que requerem atenção a múltiplos aspectos das condições de vida da população. Estas características constituem atributos de generalidade deste profissional e o situa como categoria muito particular, não comparável ou agrupável com outras que existem historicamente no campo da saúde (BRASIL, 2004).

Sendo assim, o Curso de Formação do Técnico Agente Comunitário de Saúde foi desenvolvido com o objetivo de investir na adequação da escolaridade e na definição do perfil profissional, favorecendo a autonomia intelectual de forma a incorporar, definitivamente, o ACS no quadro dos trabalhadores da saúde (BARROS et al., 2010).

O Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde foi estruturado com carga horária mínima de 1200 horas, conforme Resolução CNE nº 04/99. A estrutura curricular proposta inclui três módulos itinerário-formativos, organizados de forma integrada, possibilitando uma progressão concomitante à escolarização desse trabalhador, sendo: Etapa I – 400 horas, sem exigência de escolaridade, com o objetivo de desenvolver o perfil social do Técnico Agente Comunitário de Saúde e seu papel no âmbito da equipe multiprofissional da rede básica do SUS; Etapa II – 600 horas, qualificação profissional de nível técnico, exigindo conclusão do Ensino Fundamental e voltada à promoção da saúde e a prevenção de doenças, dirigida a indivíduos e grupos específicos e às doenças prevalentes; Etapa III – 200 horas, habilitação técnica, exigindo a conclusão do ensino médio e com a finalidade de consolidar os temas da promoção, prevenção e monitoramento das situações de risco ambiental e sanitário (BAHIA, 2006).

No município de Feira de Santana, local onde realizamos a nossa pesquisa, o curso teve início em 2006, e até o momento, apenas a Etapa I, com carga horária de 400 horas, foi concluída. Durante a pesquisa alguns entrevistados relataram a necessidade da sua finalização, uma vez que se trata de atender ao anseio da categoria que através de suas entidades representativas, juntamente com o Ministério da Saúde (MS) criaram a Proposta de Formação Profissional.

Segundo a Escola de Formação Técnica em Saúde Prof. Jorge Novis, está previsto ainda para este ano, 2012, na Bahia, o início do segundo módulo para os 27 mil ACS do estado distribuídos nos 417 municípios. As aulas vão acontecer no local de trabalho e serão financiadas pela Secretaria Estadual de Saúde (SESAB). No estado, 25,5 mil ACS concluíram a Etapa I de qualificação (BAHIA, 2006).

Observamos nas falas de alguns entrevistados a ênfase do Curso de Formação Técnico-Pedagógico dos ACS em abordar os assuntos de acordo com a realidade vivenciada pelos ACS, seu processo de trabalho e a importância da participação de comunidade nesse processo, reforçando o que diz o documento da SESAB (BAHIA, 2006), que o Curso de Formação Técnica dos ACS permite a construção de competências como: desenvolvimento de ações que busquem a integração entre as equipes de saúde e a população adscrita à unidade básica de saúde, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade; realização em conjunto com a equipe, de atividades de planejamento e avaliação das ações de saúde no âmbito de adscrição da unidade básica de saúde.

Durante o curso foram abordados diversos temas que estão relacionados ao cotidiano dos ACS por meio de dramatizações, exibição de slides, discussão de textos, visitas domiciliares etc. As características desta metodologia são a organização temática em torno de problemas, a integração interdisciplinar imbricando componentes básicos e clínicos e a ênfase no desenvolvimento cognitivo, além do aprendizado contextual, com uma visão holística do problema (SALIBA et al., 2008).

IMPORTÂNCIA DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA A MUDANÇA DA PRÁTICA DO ACS:

A construção de um projeto de educação permanente adequado às necessidades dos ACS e da comunidade torna a prática profissional humanizada, competente e resolutive, gerando ações mais eficientes de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde. (OLIVEIRA et al., 2004).

Desta forma, a pesquisa nos possibilitou observar que as mudanças mais importantes apresentadas pelos ACS após a conclusão da Etapa I do curso estão pautadas principalmente em sua postura diante da comunidade:

A formação do ACS traz uma grande expectativa em relação ao papel que esse profissional deve desempenhar junto às equipes de referência, ou seja, contribuir para que o paciente e familiares se apropriem de conhecimentos e de práticas que lhes são progressivamente retirados pelo poder das corporações e pelo discurso técnico e ainda apoiar o desenvolvimento integral das pessoas e comunidades, mobilizando o potencial desses agrupamentos e estimulando o trabalho intersetorial (NASCIMENTO; CORREA, 2008).

FACILIDADES E DIFICULDADES ENCONTRADAS NA REALIZAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO TÉCNICO- PEDAGÓGICA DOS ACS:

O projeto pedagógico elaborado permitiu ao educador (instrutor) assumir um papel de mediador da aprendizagem, desafiando e motivando os ACS a assumirem o papel de sujeitos educativos, produzindo um conhecimento emancipatório, estimulando a reflexão e a capacidade de análise e de crítica (NASCIMENTO; CORREA, 2008).

Para a maioria dos entrevistados a maior facilidade encontrada durante a Etapa I do curso foi o entrosamento com o educador (instrutor), principalmente quando estes faziam parte da unidade de saúde de atuação do ACS.

Neste contexto, o enfermeiro, neste caso educador (instrutor), é indicado como um profissional que interfere diretamente na relação ACS e equipe de saúde, uma vez que organiza o serviço e também media a comunicação. Com uma postura interdisciplinar, este se dispõe a integrar pessoas e articular saberes, assumindo um papel relevante na atenção básica em saúde.

Durante a pesquisa foi observado que para a maioria dos entrevistados a principal dificuldade está relacionada à ajuda de custo. A interação escola-serviço-comunidade é fator essencial e indispensável ao processo formativo, cabendo às instituições formadoras e aos gestores dos serviços construir viabilidades para que esta interação se efetive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da apreciação do conjunto dos resultados obtidos, vimos que a formação possibilitou que o ACS assumisse o papel de sujeito educativo produzindo um conhecimento emancipatório, estimulando a reflexão e a capacidade de análise crítica, incluindo a prática diária como um dos determinantes de seu aprendizado, na busca de solucionar problemas na comunidade.

Portanto, inferimos que a Etapa I do curso de formação dos ACS oferecida pela Secretaria Municipal de Saúde de Feira de Santana-BA, foi determinante na construção das habilidades e competências dos ACS, pois, agregou novos conhecimentos, conseguindo fazer com que os ACS tenham um olhar mais cuidadoso com a comunidade, como também, sabendo atuar de forma mais adequada diante das situações encontradas. Entendemos que a formação é contínua na medida em que está permeada pelas relações concretas que operam realidades e que possibilita construir espaços coletivos para a reflexão e a avaliação de sentido dos atos produzidos no cotidiano.

Finalizamos esta pesquisa ratificando a necessidade da conclusão do Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde, no município de Feira de Santana - BA, local onde realizamos a nossa pesquisa, visto que este teve início em 2006, e até o momento, apenas a Etapa I, com carga horária de 400 horas, foi concluída.

A finalização do Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde trata-se de atender ao anseio da categoria que através de suas entidades representativas, juntamente com o MS criaram a Proposta de Formação Profissional.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. Secretária da Saúde - **Guia curricular para forma técnica de agentes comunitários de saúde** - Salvador: Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, 2006.
- BARROS, D. F.; BARBIERI, A. R.; IVO, M. L.; SILVA, M. G. - O CONTEXTO DA FORMAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NO BRASIL -**Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2010 Jan-Mar; 19(1): 78-84.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Referencial curricular para curso técnico de agente comunitário de saúde: área profissional saúde / Ministério da Saúde, Ministério da Educação.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.64 p.: il. color. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- GOMES, K. O.; COTTA, R. M. M.; CHERCHIGLIA, M. L.; MITRE, S. M.; BATISTA, R. S. - A Práxis do Agente Comunitário de Saúde no Contexto do Programa Saúde da Família: reflexões estratégicas - **Saúde Soc.**, São Paulo, v.18, n.4, p.744-755, 2009.
- NASCIMENTO, E. P. L.; CORREA, C. R. S. - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: FORMAÇÃO, INSERÇÃO E PRÁTICAS - **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(6):1304-1313, jun., 2008.
- OLIVEIRA, B. C. R.; VILELA, D. B.; TOMÉ, F. S.; CORTEZ, V. L.; BORN, C. **Elaboração Integrada de Estratégias de Formação de Agentes Comunitários de Saúde de Santa Maria da Boa Vista, PE** - Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Belo Horizonte, 2004.
- SALIBA, N. A.; MOIMAZ, S. A. S.; CHIARATTO, R. A.; TIANO, A. V. P. - **A utilização da metodologia PBL em Odontologia: descortinando novas possibilidades ao processo ensino-aprendizagem** - Rev. odonto ciênc. 2008;23(4):392-396.
- WATANABE, M. G. C. - **Mudanças curriculares no curso de Odontologia da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo: um olhar para a aproximação com os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde** – Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.